

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### PROJETO DE LEI Nº 1.896, DE 2007

*Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de destinar recursos à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.*

**Autor:** Deputado CARLOS SOUZA

**Relator:** Deputado BETINHO ROSADO

## I - RELATÓRIO

Propõe o Projeto de Lei nº 1.896, de 2007, incluir o parágrafo 10 no art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de destinar à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE os recursos provenientes de encargo tarifário, pago por todos concessionários do serviço público de distribuição de energia elétrica, equivalente ao custo anualizado dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica em sistemas isolados, que venham a ser substituídos por gás natural originário do Campo de Urucu.

A proposição também dispõe que deve ser subtraído desses recursos o montante repassado aos concessionários e autorizados responsáveis pela substituição, em decorrência do disposto no parágrafo 4º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

Na sua justificação, o ilustre Deputado Carlos Souza, autor da iniciativa, comenta que a CDE possui diversas finalidades, todas com a característica de atender o interesse público.

Segundo ele, os recursos provenientes da CDE precisam fazer face a desafios, como promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional e garantir recursos à subvenção econômica destinada à modicidade tarifária para a subclasse residencial de baixa renda.

A Conta deve também contribuir para o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

O autor da proposta ressalta que o início da operação dos gasodutos que interligarão o Campo Petrolífero de Urucu às capitais Manaus e Porto Velho propiciará a substituição do óleos diesel e combustível utilizados na geração termelétrica para essas metrópoles e regiões adjacentes.

Como a geração a gás natural tem seus custos compatíveis com o custo de geração do Sistema Interligado Nacional, tornar-se-á desnecessária a utilização de recursos provindos da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC para subsidiar os consumidores de eletricidade dessas localidades.

Portanto, a criação de encargo tarifário equivalente à diminuição do montante financeiro a ser destinado à CCC, em razão do consumo de gás de Urucu, constitui-se uma alternativa para a obtenção de recursos para a CDE, sem que seja preciso recorrer a qualquer aumento real de arrecadação.

A Comissão de Minas e Energia é o primeiro órgão técnico da Casa a manifestar-se sobre o mérito da proposição, à qual, decorrido o prazo regimentalmente previsto, foi oferecida uma Emenda pelo Senhor Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA.

Essa Emenda modifica o emprego dos recursos decorrentes da diminuição da CCC pela utilização do gás de Urucu. Em vez de serem destinados à CDE, esses recursos seriam destinados à implantação das instalações de transporte de gás natural na Região Amazônica Brasileira.

É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Antes de qualquer apreciação, faz-se necessário ressaltar as nobres intenções tanto do autor do Projeto de Lei nº 1.896, de 2007, quanto do autor da emenda a ele oferecida.

No entanto, alguns aperfeiçoamentos são necessários. A CDE destina-se a promover o desenvolvimento das várias fontes de energia no território nacional, inclusive promover o suprimento de gás natural aos Estados que ainda não dispõe desse insumo energético.

Além disso, o Poder Executivo Federal destina recursos da CDE para universalização do serviço de energia elétrica e para subvenção a tarifas sociais. Apesar desses nobres usos, é importante ressaltar que eles não são, propriamente, de desenvolvimento energético e merecem, dada sua importância, um programa específico, com fontes próprias.

Assim, a aprovação da proposição, exatamente na forma sugerida, promoveria um desvio de recursos do setor energético para programas sociais que devem ter recursos próprios.

Já a Emenda apresentada visa a destinar os recursos advindos da redução da CCC pela substituição dos óleos diesel e combustível pelo uso do gás de Urucu para realizar o desenvolvimento energético, por meio da implantação de gasodutos na Região Amazônica.

Concordamos com a tese de que esses recursos devem ser usados para o desenvolvimento energético e não para programas sociais. No entanto, consideramos que qualquer recurso advindo da redução da CCC pelo uso de gás natural deve ser utilizado no desenvolvimento energético e não apenas pelo uso do gás de Urucu. Acreditamos, ainda, que essa destinação não se deve limitar à implantação de gasodutos na Região Amazônica, mas em qualquer região brasileira. Assim sendo, propomos que essas duas limitações sejam suprimidas.

Portanto, em vista de tudo o que aqui se expôs, nada mais nos cabe fazer senão manifestar-nos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.896, de 2007, e da emenda apresentada pelo Senhor Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA, na forma do Substitutivo que oferecemos, e solicitar de nossos nobres pares desta Comissão que nos acompanhem com seu voto.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado BETINHO ROSADO  
Relator

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.896, DE 2007

*Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de destinar recursos à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar acrescido do § 10, com a seguinte redação:

"Art. 13. ....

§ 10. Serão destinados à implantação de instalações de transporte de gás natural os recursos provenientes de encargo tarifário, a ser recolhido por todos os concessionários do serviço público de distribuição de energia elétrica, equivalente ao custo anualizado dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica em sistemas isolados que venham a ser substituídos por gás natural, subtraído do montante o valor repassado aos concessionários e autorizados responsáveis pela substituição, em decorrência do disposto no § 4º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2007.

Deputado BETINHO ROSADO  
Relator